

Boa noite

Exmo. Sr. Desembargador José Murilo de Moraes
(autoridades da mesa).

Senhoras e Senhores, autoridades civis e militares.

Minha amiga, Desembargadora Taísa Maria Macena
de Lima;

Meus amigos presentes e distantes.

É motivo de *excepcional* satisfação para mim
recebê-los nesta Sessão Solene para posse dos novos
dirigentes do TRT da 3^a. Região.

Em **14 de abril de 1986**, tomei posse como Juiz do
Trabalho Substituto. Passei a noite ansioso, porque no **dia
15** estava designado para presidir a minha primeira
audiência. Até que me sai *razoavelmente* bem... O
servidor que a secretariava me salvou de poucas e boas...
Conhecia o "*metier*" melhor do que eu. Passados dois
meses, fui designado para a então JCJ de Pouso Alegre.
Fui de ônibus, eu e Deus. Levei uma mala e, para meu
socorro pessoal, várias sacolas, pesadíssimas, cheias de
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, Alice Monteiro de Barros
e tantíssimos outros. A família ficou em BH.

Poucos dias, já instalado no Hotel Cometa, recebo
um telefonema da Angela, *preocupada*: "o Duduzinho
adoeceu, está febril, sem apetite e prostrado. Vou levá-lo
ao pediatra". O médico o examinou e diagnosticou: "É

saudade do pai. Dá um jeito de trazer o Ricardo de volta a BH ou vá para Pouso Alegre.” Voltei no final de semana e o Duduzinho ficou ótimo. Na segunda-feira de madrugada, a bordo do meu Chevette, pegamos a Fernão Dias rumo a Pouso Alegre.

Era outro tempo!

Tempo em que o juiz colocava na máquina o papel carbono para datilografar a sua sentença com cópias.

É até difícil acreditar, mas o grande salto tecnológico comemorado à época foi a substituição da máquina de escrever manual pela elétrica. A evolução nos trouxe à sofisticação do processo eletrônico. A magistratura artesanal ficou no passado. Sua essência, contudo, não mudou: um **encontro marcado** com o conflito a ser decidido, nunca em empate.

As vicissitudes da magistratura são inúmeras e dariam um bom romance. Lembro-me de duas aqui do foro de Belo Horizonte, tão pitorescas que Carlos Heitor Cony as transformou em crônica (“O Trabalho da Justiça”, F. São Paulo, 21.jul.2001).:

“[Os] juízes ficam sem saber se devem ter mais pena do empregado ou do patrão, pois a maioria deles está, guardadas as proporções, em situação desesperadora. Deu-se que houve uma reclamação trabalhista e, diante do juiz, as partes chegaram a um acordo, coisa de uns

R\$ 300, que o empregador pagou na hora, perante o magistrado e as demais testemunhas. Saíram as partes ao mesmo tempo, mas, na primeira esquina, o empregador sacou de uma arma e tomou os R\$ 300 que havia pago ao ex-empregado. Parece coisa de chanchada italiana, filme com Totó no papel do empregado e Vittorio de Sicca como patrão. A outra historinha nem é historinha, porque é mais trágica. A audiência estava marcada para uma quarta-feira. Na véspera, o empregador foi à casa do ex-empregado e matou-o diante dos filhos. Em seguida, procurou as duas testemunhas arroladas pelo ex-empregado e que iriam depor contra ele. Também as matou.

Acredito que cada juiz de trabalho, em qualquer comarca deste país, conheça casos assemelhados ou piores. A maioria das desavenças nem chegam ao noticiário, são corriqueiras e não envolvem pessoas importantes, mas empregadores modestos e empregados mais modestos ainda.

Volta e meia, o sistema político neoliberal ameaça acabar com a Justiça do Trabalho.”

Vaticina Cony, para finalizar:

“É possível que ela necessite de uma legislação mais atual e adequada às condições de trabalho, que se modificam com o tempo. Mas acabar com ela é jogar empregados e empregadores às feras. Tal como nos tempos anteriores à abolição da escravatura, seria a volta do pelourinho.”

Fico **estarecido** quando ouço propostas para extinguir a Justiça do Trabalho.

Dá vontade de perguntar a quem as formula: O sr. já precisou “*pegar condução*” - é assim que se diz *embarcar em um ônibus* aqui em BH-, ou esteve em uma das estações de integração durante uma greve de motorista de ônibus, como a do último 23 de novembro?

Peço a Deus que me conceda **Sabedoria**, a grande aliada para combater ideias insensatas e resolver problemas concretos.

O mais preocupante é iniciar o próximo biênio em contexto de elevada criticidade pelo reduzido número de juízes. Foram inúmeras as aposentadorias nos últimos tempos, sem reposição. Somos 158 juízes titulares e apenas 99 substitutos. A gravidade é tal que no final de novembro, 18 Varas em Minas ficaram sem audiências por falta de juízes. Há risco de colapso na operacionalidade

do Tribunal. Para a solução desse problema confio no discernimento e sensibilidade do Col. Tribunal Superior do Trabalho e das instâncias competentes.

Idêntico e não menos **preocupante** é o quadro de servidores, tanto no 1º. quanto no 2º. Grau. Sem servidores, o Tribunal fica manco.

Aproveito este momento para homenageá-los, especialmente aqueles que me servem há tanto tempo no gabinete, com denodo e dedicação. Recebam todos o meu **sincero** agradecimento.

Retomo o fio da meada, pois espero, junto com os Magistrados desta Casa encontrar soluções que satisfaçam os **interesses da Justiça como um todo**, não apenas de uma instância em prejuízo da outra.

No próximo biênio tenciono dedicar bastante atenção ao incremento das soluções consensuais. Para obtê-lo, conto com o **talento** de cada Magistrado, o envolvimento comprometido do Ministério Público do Trabalho, das entidades sindicais, do Ministério de Estado do Trabalho e Previdência, dos Advogados e dos servidores, tanto nas Varas como nos CEJUSCs (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho), tarefa que delegarei à 1ª. Vice-Presidência, a cargo do Des. César Pereira da Silva Machado Júnior.

A 2ª. Vice-Presidência estará sob custódia da Des. Rosemary de Oliveira Pires Afonso, a quem caberá cuidar

dos Precatórios, da Ouvidoria e da Escola Judicial, está última com a missão de promover a formação inicial e continuada dos magistrados e servidores, sem o que não chegaremos a lugar nenhum.

Os Desembargadores Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto e Manoel Barbosa da Silva assumirão a Corregedoria e a Vice-Corregedoria, - ou melhor, perdoem-me o neologismo, "*Pedagorregedoria*" e "*Vice Pedagorregedoria*", normativamente com funções de inspeção e correção permanentes dos Juízos de primeiro grau e serviços judiciários, mas atentamente voltadas para, de forma pedagógica, orientar e prevenir falhas.

Um preito de reconhecimento cabe à administração do Des. José Murilo de Moraes, integrada pelos Des. Fernando Rios Neto, Camila Guimarães Pereira Zeidler, Ana Maria Amorim Rebouças e Maristela Iris da Silva Malheiros. De forma **emblemática** para a administração pública, essa administração reduziu em mais de R\$10.000.000,00 a despesa anual com locação de imóveis, restituiu a seus legítimos titulares, empregadores e trabalhadores, cerca de R\$18.000.000,00 garimpados em processos esquecidos e obteve para o nosso TRT3 o Prêmio CNJ de Qualidade, na categoria Ouro. Pretendo segui-lo nessa toada.

Nomearei um juiz para auxiliar-me na Presidência, até como canal de interlocução com o universo do Tribunal.

Paralelamente, sonho em *revigorar* a Secretaria-Geral da Presidência e a Diretoria Judiciária restaurando-lhes a vocação integrativa, *oniabrangente* e cooperativa, colocando sob esta última toda a área judicial do 1º. e 2º. Graus.

Outro tema a preocupar-me é o retorno ao trabalho pós-pandemia. Um antigo provérbio indiano ensina que só é possível ao mestre trazer para si o discípulo, por três caminhos: o nome, o olhar e o toque. Chamando-o pelo nome, olhando-o nos olhos e tocando-o com um cumprimento. Mudando o que deve ser mudado, só assim o juiz consegue interagir com os participantes de uma audiência, coisa impossível em ambiente virtual. Vamos pensar o melhor modo para retornar.

Sob outra perspectiva, lembro-me de que um **grande pensador inglês** tem uma metáfora significativa para um tema que sinto necessidade de tocar: Imaginem que *“uma [esquadra] de navios (...) esteja navegando em formação. A viagem só poderá ser um sucesso se, antes de tudo, os navios não colidirem uns com os outros nem se colocarem no caminho uns dos outros; e, em segundo lugar, se cada navio estiver em condições de navegar e com os motores em bom funcionamento. (...)*

Se os navios continuarem a colidir, não vão ter condições de navegação por muito tempo. Por outro lado,

se os lemes de navegação estiverem quebrados, não será possível evitar as colisões. (...)

Mas há uma coisa que ainda não levamos em conta. Ainda não perguntamos a que lugar a frota está tentando chegar. E por melhor que a frota possa ter navegado, sua viagem seria um fracasso (...)” se tivesse como destino a Ilha de Capri, mas atracasse na nossa belíssima Fernão de Noronha.” (LEWIS, C. S. Cristianismo puro e simples. Trad. Gabriele Greggersen. 1ª. Ed – Rio: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 107s. Pequena modificação no texto original).

Confesso que não foi surpresa constatar quão fragmentado está o nosso tribunal! Cada setor, núcleo, centro, comissão, colegiado, secretaria, Vara e Gabinete de Desembargador funciona como se fosse uma *ilha*, pleonasticamente *isolada*. Não me excludo desse *isolamento*; para o bem de todos, será necessário entrelaçá-los.

Diferentemente do que se pensa, o juiz do trabalho não se *limita* a decidir litígios. Preocupa-se além disso com o trabalho sob o ponto de vista ontológico.

Segundo o poeta-salmista, o ser humano é “*ao amanhecer, como a erva que germina; de manhã, floresce e cresce, de tarde, cai e seca*” (Sl. 90, 5-6). Entre o florescer e o secar, o trabalho não deveria faltar para nenhum ser humano.

O trabalho envolve pessoas, é *relacional*. No plano vertical com superiores e subalternos; no horizontal com outros trabalhadores, entidades sindicais, toda a cadeia colaborativa de produção e até consumidores.

A vida nunca foi um mar de rosas para ninguém. É *dura e hostil*. Nem sempre o trabalho é glamoroso. Pelo contrário, em regra, é *exaustivo*. Porém, não é caso de enxergá-lo como maldição ou pena. Tem muita coisa penosa que não é punição. Uma partida de futebol é sempre penosa, faz suar, ainda que jogada por mera diversão. Se trabalho fosse punição, nenhum jovem a certa idade quererá trabalhar e alcançar sua independência. É penoso no sentido de que inquieta, preocupa e compromete. Uma renomada filósofa pontua que “*Não existe felicidade duradoura fora do ciclo prescrito de exaustão dolorosa e regeneração prazerosa;*” [que o digam os torcedores do Galo no jogo contra o Bahia...] E prossegue: (...) “[T]udo o que desequilibra esse ciclo – a pobreza e a miséria (...) *arruína a felicidade elementar que advém de estar vivo.*” (ARENDDT, Hannah. *A condição humana*: trad. Roberto Raposo, 13. ed., Rio de Janeiro:Forense, 2017, Nota 53, p. 131-33)

Superados como formas institucionais o trabalho servil e o escravismo, e sepultadas as expectativas de que a ausência ou a presença da intervenção estatal regulatória pudesse melhorar a questão do trabalho, não é

o que se vê. Qualquer **absolutização** de uma dessas visões está fadada ao fracasso.

Na minha opinião, o caminho é a auto-organização do trabalho pelos trabalhadores e empregadores, nos limites e conforme prevê a Constituição e a lei ordinária.

Todavia, isso não é suficiente. O mundo do trabalho persiste **repleto** de problemas. Vou enumerar apenas quatro.

O primeiro eclodiu em 2020: o desastre epidemiológico do Covid-19. Trabalhadores, empregadores e o Estado foram afetados, deixando rastros de gente quebrantada por todos os cantos.

O segundo foi o **macabro** espetáculo próximo de nós, os mineiros. Em outro contexto, no sexto Círculo do Inferno - na verdade, não tão outro assim - Dante Alighieri e Virgílio são forçados pela emanação pestilencial que subia das profundezas a se postarem “*À borda de vastíssimo talude,..*” de onde vislumbram um “*cenário inda mais rude:...*”, que “*despreza a natureza e a arte desfaz;*” (Divina Comédia, Canto XI).

Precisamos de relações do trabalho **nutritivas e sadias**, não à borda ou aos pés de enormes e inseguros taludes, que se rompem para a passagem de **torrentes paradoxalmente desérticas**.

O terceiro é o trabalho como âncora identitária do ser humano. Sem trabalho, o homem será sempre um ser

incompleto. O desaparecimento de certos afazeres substituídos pela automação, compromete a sobrevivência de alfaiates, amoladores de faca, engraxates, trocadores de ônibus etc. Trabalho não é só um dever; é também um direito. É óbvio que surgem profissões novas (entregador por aplicativo, engenheiro de cibernética, Gestor de Ecorrelações, Bioinformacionista etc). Estas, entretanto, não reabsorvem aquela mão de obra. ***O que fazer com essa legião de pessoas que se veem desapossadas do seu status profissional?***

O quarto é o trabalho infantil, que não se confunde com tarefas caseiras leves, prestadas no tempo livre e no aconchego da casa paterna. Criança nasceu para ser educada e preparada para o futuro. Não para trabalhar, para ser explorada, para vender balas nos sinais ou, o que é pior, drogas. Isso é a ***perversão*** do trabalho.

Um antídoto eficaz para tudo isso é a ***educação***, educação básica e de qualidade para as crianças e para requalificar trabalhadores.

A esta altura, já me encaminhando para o fim, boas recordações emergem de paragens íntimas.

Dostoiévski me chamou a atenção ao colocar na boca de Aliocha, já no finzinho da ***trágica*** história da família *Karamazov*, que “[...] *não há nada mais nobre, mais forte, mais são e mais útil na vida que uma boa recordação, sobretudo provindo da juventude, da casa paterna.*”

(DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Os irmãos Karamazov. Trad. Otto Maria Carpeaux: trad. Natália Nunes e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 741).

No batismo, entre o meu prenome e o nome de família, recebi o do meu avô, Antônio, um libanês de poucas letras e que gostava de me apresentar com revistas em quadrinhos. Ele acreditava que mesmo ainda não estando alfabetizado, apenas por ver as figurinhas, eu aprenderia muito. Não me esqueço das manhãs de sábado, quando a sua generosidade trazia à porta do seu negócio uma fila de necessitados para receberem uma pequena ajuda. Todos os sábados!

Meu pai chamava-se Joaquim. Era o “*ainda não*”. Meditativo, estudioso e meigo. Perdi a conta das vezes que entrou na sala de audiência, interrompendo-a para me dar um beijo no rosto. Em seguida, esclarecia aos presentes: “*Sou pai dele*”. Eu sentia vergonha. Sinto-me hoje envergonhado daquela vergonha. Nos Natais distribuía às crianças carentes um presente singular: um caderno e um dicionário da língua portuguesa.

Minha mãe, Ruth, era o “*agora*”, arrojada e decidida. Seu carinho revelava-se no zelo com a família. Não tinha tempo para beijos e abraços. Também pudera, nove filhos! Certa vez recebeu no Colégio Santo Agostinho o título de “Mãe do Ano”.

Para mim, mãe de todos os meus anos. A conjunção entre o “*ainda não*” e o “*agora*” foi decisiva para o pai superar o revés financeiro sofrido no início dos anos 70, quando se desfez do patrimônio – exceto da casa residencial – para quitar dívidas de um negócio fracassado, e sem esmorecer, seguir a vida. Após se formar com destaque na UFMG, na turma de 1971, iniciou-se na advocacia, e o que é mais intrigante, fez despertar em cinco dos filhos o gosto pelo Direito.

Paulinho, Claudia, Lúcia, Lurdinha, Ângelo, Maria Helena, Eduardo (Duduzão) e Eliane, não me esqueço da nossa infância, das nossas brincadeiras na horta, das viagens às praias do Espírito Santo e da nossa indissolúvel união.

É pena que Duduzão e Eliane não possam estar aqui. Eliane, magistrada do trabalho, ***presenteou-me*** com a caneta que assinei o termo de posse. Simbolicamente, é a sua ***presença*** nesta sessão.

Duduzão, com este sempre tive muita história. Quando criança, de noite, ele laçava um fio de barbante aos nossos dedos indicadores para que continuássemos unidos, cada um em sua cama. Um simples puxãozinho, era o sinal para início de uma conversa fiada, talvez para espantar o medo da escuridão.

A vida sempre nos surpreende! Em 2014 resolvemos, eu e Angela, reformar nosso apartamento. A

obra estava prevista para dois meses. Ao final desse prazo, a **bagunça** era geral. A solução foi morarmos com ele, na casa em que fomos criados. Passamos juntos os seus dois últimos anos de vida. Como é boa essa recordação!

Já falei da Angela e do Eduardo, nosso filho, lá no início. Ela, o anjo que conheci em Itajubá, é o fio condutor da minha vida. Aceitou-me sem ressalvas, embora as merecesse. Por ela, sem arrependimento renunciei a muita coisa. Juntos vamos trilhando o caminho da vida, até quando Deus quiser. É uma mulher excepcional, especializada em cuidar das pessoas, de todos os que encontra no seu percurso existencial. De sobra, deu-me algo que não tem preço: Eduardo, nosso filho, verdadeira dádiva do Criador.

Eduardo estruturou sua vida ao lado da Cyntia, antes nora, agora filha. Essa genealogia tecida por um fio invisível nos enlaça todos ao pequeno Joaquim, netinho de dois aninhos, que por questões de segurança para o patrimônio da União, não pode estar presente.

Em suas ramificações, um dos misteriosos fios do meu **itinerário** me traz a doce lembrança de cada um dos senhores e senhoras, magistrados, servidores, amigos e advogados com os quais convivi nesta Justiça do Trabalho, ao tempo que hoje, às vésperas de entrar em exercício na Presidência, me devolve a mesma **ansiedade** anterior àquela minha primeira audiência, em **15 de abril de 1986**.

O tempo, somente ele, poderá no futuro testemunhar se me saí ***razoavelmente bem...***

Com respeito a qualquer crença ou descrença, evoco Maria, Virgem Mãe, para que a todos proteja e abençoe.

Muito obrigado!